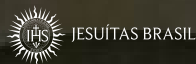


Cadernos
IHU *ideias*



ISSN 1679-0316 (impresso) • ISSN 2448-0304 (online)
Ano 14 • n° 247 • vol. 14 • 2016

Educação, indivíduo e biopolítica:
A crise do governo

Dora Lilia Marín-Díaz

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

Educação, indivíduo e biopolítica:
a crise do governmento

*Education, individual and biopolitics:
the crisis of the government*

Resumo

Os procedimentos de exercitação usados pelos humanos há muitos séculos, para tentarmos saber de nós mesmos e aperfeiçoarmos nossos modos de existência, adotaram novas formas em função dos propósitos de sucesso e felicidade que aparecem como centrais nas formas de governmento neoliberal. Neste eixo pretende-se explorar os modos como tais ascetes – chamadas por Sloterdijk “antropotécnicas” – teriam funcionado e funcionam nas sociedades atuais, através de práticas educativas que centram seu alvo na condução da própria vida e na responsabilização do indivíduo. Ao que parece, esses modos de governmento biopolíticos, de controle e gestão da vida individual, teriam seu contraponto em outras condutas que se orientam para práticas coletivas e de responsabilização social, outros modos de valoração e outros preceitos éticos, estéticos e políticos onde o “eu” apaga-se em função do bem comum e do tecido social.

Palavras-chave: Antropotécnica; Felicidade; Indivíduo; Bem comum; Responsabilização social.

Abstract

The training procedures used by humans for centuries, to try to know ourselves and used by us to perfect ourselves and our modes of existence, adopted new ways depending on the success and happiness purpose that appear as central in the forms of neoliberal government. This axis aims to explore the ways in which such asceticism technics – called by Sloterdijk “anthropotechnics” – had been worked and are work in contemporary societies through educational practices that focus their target in the conduct of life and the individual responsabilization. Apparently, these modes of biopolitical government, control and management of individual life, would have their counterpart in other behaviors that are oriented towards collective practices and social responsibility, other modes of valuation and other ethical principles, aesthetic and political where “self” goes out because of the common good and social fabric.

Keywords: Anthropotechnics; Happiness; Individual; Common good; Social responsibility.

Cadernos
IHU *ideias*

**Educação, indivíduo e biopolítica:
A crise do governmento**

Dora Lilia Marín-Díaz

Universidad Pedagógica Nacional
(Bogotá, Colômbia)

ISSN 1679-0316 (impresso) • ISSN 2448-0304 (online)
ano 14 • nº 247 • vol. 14 • 2016

 UNISINOS

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS 

Cadernos IHU ideias é uma publicação quinzenal impressa e digital do **Instituto Humanitas Unisinos** – IHU que apresenta artigos produzidos por palestrantes e convidados(as) dos eventos promovidos pelo Instituto, além de artigos inéditos de pesquisadores em diversas universidades e instituições de pesquisa. A diversidade transdisciplinar dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é a característica essencial desta publicação.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor: Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

Vice-reitor: José Ivo Follmann, SJ

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor: Inácio Neutzling, SJ

Gerente administrativo: Jacinto Schneider

ihu.unisinos.br

Cadernos IHU ideias

Ano XIV – Nº 247 – V. 14 – 2016

ISSN 1679-0316 (impresso)

ISSN 2448-0304 (online)

Editor: Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

Conselho editorial: MS Jéferson Ferreira Rodrigues; Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; Prof. MS Gilberto Antônio Fagion; Prof. Dr. Lucas Henrique da Luz; MS Marcia Rosane Junges; Profa. Dra. Marilene Maia; Profa. Dra. Susana Rocca.

Conselho científico: Prof. Dr. Adriano Naves de Brito, Unisinos, doutor em Filosofia; Profa. Dra. Angelica Massuquetti, Unisinos, doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade; Profa. Dra. Berenice Corsetti, Unisinos, doutora em Educação; Prof. Dr. Celso Cândido de Azambuja, Unisinos, doutor em Psicologia; Prof. Dr. César Sanson, UFRN, doutor em Sociologia; Prof. Dr. Gentil Corazza, UFRGS, doutor em Economia; Profa. Dra. Suzana Klipp, Unisinos, doutora em Comunicação.

Responsável técnico: MS Jéferson Ferreira Rodrigues

Imagem da capa: PeteLinforth (Pixabay)

Revisão: Carla Bigliardi

Editoração: Rafael Tarcísio Fomeck

Impressão: Impressos Portão

Cadernos IHU ideias / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 1, n. 1 (2003) - . – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003- .

v.

Quinzenal (durante o ano letivo).

Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-ideias>>.

Descrição baseada em: Ano 1, n. 1 (2003); última edição consultada: Ano 11, n. 204 (2013).

ISSN 1679-0316

1. Sociologia. 2. Filosofia. 3. Política. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.

CDU 316

1

32

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

ISSN 1679-0316 (impresso)

Solicita-se permuta/Exchange desired.

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Toda a correspondência deve ser dirigida à Comissão Editorial dos Cadernos IHU ideias:

Programa Publicações, Instituto Humanitas Unisinos – IHU
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos
Av. Unisinos, 950, 93022-750, São Leopoldo RS Brasil
Tel.: 51.3590 8213 – Fax: 51.3590 8467
Email: humanitas@unisinos.br

EDUCAÇÃO, INDIVÍDUO E BIOPOLÍTICA: A CRISE DO GOVERNAMENTO¹

Dora Lilia Marín-Díaz

Universidad Pedagógica Nacional
(Bogotá, Colômbia)

Biopolítica e Antropotécnicas

A Modernidade, que não podia ser outra coisa que radical, seculariza e coletiviza a vida da exercitação, sacando a ascese transmitida desde antiguidade de seus respectivos contextos espirituais, com o fim de dissolvê-la no fluido das modernas comunidades de trabalho dedicadas ao treinamento e à formação (SLOTERDIJK, 2012, p. 421).

Entre os séculos XVI e XVII, as técnicas de vigilância e controle, associadas às formas de vida cenobitas ou monacais, entraram na cena da vida política no período de constituição dos Estados administrativos europeus. Tratou-se de um processo de laicização do poder pastoral (HUNTER, 1998), através do qual práticas ascéticas – vinculadas à vida em pequenas comunidades durante a Idade Média – entraram no mundo social e se coletivizaram com o desenvolvimento das práticas disciplinares; isso transformou radicalmente os modos de pensar e praticar a vida da maioria dos indivíduos que formavam parte dos nascentes Estados da Europa Ocidental. Não se tratou só da entrada de um arsenal técnico destinado à autoprodução do sujeito e à consequente invocação ao melhoramento da própria vida, senão da coletivização e desespiritualização de um conjunto de exercícios e técnicas para a produção do sujeito por si mesmo, um sujeito moderno, um sujeito governável.

O chamamento para uma vida exercitante fez da Modernidade uma era técnica por excelência, marcada por um “imperativo *metanoético* dirigido a todos e ao qual dão-se múltiplas respostas. Seus mediadores se-

¹ Este artigo é a íntegra da conferência proferida pela Prof^ª. Dr^ª Dora Lilia Marín-Díaz no dia 23 de setembro de 2015, nas Sessões Temáticas do V Colóquio Latino-Americano de Biopolítica | III Colóquio Internacional de Biopolítica e Educação | XVII Simpósio Internacional IHU. Saberes e Práticas na Constituição dos Sujeitos na Contemporaneidade.

rão, em primeira linha, o Estado moderno e a escola adequada a ele” (SLOTERDIJK, 2012, p. 427). A convocação para um exercício global de *fitness* supôs uma das transformações mais radicais na vida humana, graças à constituição de diferentes cenários para o treinamento coletivo e individual. Da forma de vida que vinculava e fazia indiferenciáveis vida e regra – como foi o caso das comunidades monacais, sua vida regrada e seu ideal de vida comum, *Koinos bios* (AGAMBEN, 2013) – passou-se para os estilos de vida modernos e contemporâneos nos quais o indivíduo proclama-se produtor e soberano da sua existência.

A ampla difusão de modos de vida exercitantes esteve no centro das disposições políticas que foram peças-chave para o controle demográfico das populações que habitaram os Estados administrativos (ou absolutistas) e posteriormente os modernos. A produção de sujeitos exercitantes encontra-se no centro de uma forma de biopoder – a anatomopolítica descrita por Foucault – que operava sob a premissa de fazer viver súditos úteis às necessidades de um Estado forte, um Estado mercantil e fiscal, cuja política exterior requeria um exército e um corpo diplomático esforçados e disciplinados, assim como uma infraestrutura e uma institucionalidade sustentada por uma camada de trabalhadores que se considerava produtiva e independente, e que estava preparada para tributar os impostos necessários ao desenvolvimento da economia e da propriedade privada.

Estes novos sujeitos trabalhavam em proveito próprio e em função do Estado e suas instituições. Tratou-se de uma relação que fortaleceu tanto os processos de individualização como os de institucionalização das funções e relações sociais, e que supôs uma mudança na ênfase no exercício do poder: de formas soberanas para formas disciplinares, ou, melhor ainda, do privilégio em técnicas associadas ao poder soberano ao acento em técnicas e estratégias para a produção de indivíduos e, portanto, de um poder centrado no fazer morrer para um poder centrado no fazer viver e na condução dessa vida. Um deslocamento que operou como correlato do processo de governamentalização dos Estados (FOUCAULT, 2006), pois não se tratava mais de reinar ou reger um território, senão de governar ou conduzir os indivíduos que, adiante, seriam considerados como população.

Estado e Igreja consolidaram e promoveram práticas no meio das quais os súditos se constituíram em sujeitos de governo: uma fonte de enriquecimento e fortalecimento de um Estado que se ocuparia de administrar aquela fonte, através de práticas de Polícia (FOUCAULT, 2006). Assim, a política da vida associada à produção e ao governo dos indivíduos expressou-se, entre outras coisas, na aliança sem precedentes en-

tre a moral da Igreja e a nascente Razão de Estado. Ela se traduziu na articulação de três assuntos-chave para o acontecimento de uma das primeiras operações biopolíticas modernas: um mandato de reprodução e maternidade sobre as mulheres associado ao desterro das parteiras-bruxas e à submissão em relações maritais reprodutivas defendidas e promovidas primeiro pela fé Católica e depois, também, pela Protestante (BADINTER, 1981); e a identificação e diferenciação da infância, com o consequente desenvolvimento de uma legislação contra o infanticídio – considerado, a partir desse momento, um crime, não só contra a humanidade, senão também contra o Estado (ARIÈS, 1987).

O correlato social desta aliança foi um aumento demográfico que aprovisionou o Estado de uma fonte ilimitada de material humano, o que conduziu à superpopulação e que, entre outros fatores históricos e sociais, impactou a própria organização estatal e a Razão de Estado que a produziu², levando-as à sua atualização: serão essas as condições de emergência de uma racionalidade de governo liberal e de um conjunto de antropológicas associadas à produção de humanos adequados a ela.

O surgimento de uma série de problemas de governo pela presença de um sem-número de indivíduos desordenados e inúteis aos propósitos do Estado – aqueles que não faziam parte nem da força trabalhadora, nem da força militar – constituiu um dos focos de atenção das práticas de polícia que tentavam usar essa “matéria-prima” e, através de instituições como a escola, o exército, o hospital, a oficina etc., produzir sujeitos governáveis. Contudo, a impossibilidade de uma regulação completa obrigou a importantes transformações nas estratégias de condução que continuaram ligadas com políticas para o governo da vida, essas que levaram, por exemplo, à discussão sobre o Estado Social e à produção de discursos associados aos Direitos humanos (FOUCAULT, 2007).

As práticas e discursos acerca da defesa e proteção da vida adquiriram distintas ênfases e ampliaram seu vocabulário e legislação nos dois séculos seguintes, o que centrou a atenção na necessidade de reconhecer particularidades dos sujeitos, associadas a uma ideia de natureza individual.

Contudo, não podemos esquecer que foi no período de conformação dos Estados absolutistas (ou administrativos, em termo de FOUCAULT) que emergiu uma das primeiras operações biopolíticas – a política demográfica –, a qual deu lugar às primeiras formas de antropológicas moder-

2 A mesma que se encontra vigente hoje e que é possível perceber nos discursos de quase qualquer confissão religiosa ou instituição estatal em diferentes partes do mundo ocidental, as mesmas que não deixam de intervir a favor da vida de nascidos e não nascidos, de enfermos terminais etc.

nas: as disciplinas. Estas últimas possuem “as características do técnico, o domínio de um procedimento que trouxe o resultado buscado mediante passos discretos, explícitos e controlados” (SLOTERDIJK, 2012, p. 439).

As disciplinas foram as antropotécnicas que possibilitaram não só a produção de seres humanos adequados e funcionais – massas de trabalhadores, estudantes, militares que alimentaram a maquinaria estatal e as instituições que se fizeram cada vez mais necessárias para conduzir as populações –, mas também uma série de procedimentos educativos empenhados na fabricação desses humanos. Através da escola e outras instituições modernas se projetou não só o cidadão para um mundo novo, senão o novo mundo.

Em termos gerais, a superprodução biológica de seres humanos que resultou da operação biopolítica dos albores da Modernidade encontrou sua resposta em uma operação antropotécnica de caráter disciplinar, cujo propósito foi a produção de humanos por meio de uma retirada do mundo, já não ao estilo dos antigos ascetas, mas através de instituições de fechamento e isolamento. Esta biopolítica social articulou um conjunto de antropotécnicas concretas que a instituição escolar se encarregou de operar.

A escola, ao mesmo tempo que diminuía a sobrecarga educativa que tinha a família, também reduzia as possibilidades de abandono e morte dos filhos não desejados e abandonados. Ela – com suas técnicas de fechamento, vigilância, ensino e castigo – apoiou a função formativa da família, mas também e, sobretudo, se encarregou de produzir seres humanos: a escola tomava a seu cargo a matéria-prima humana e a transformava em sujeitos proveitosos ou, pelo menos, não perigosos para a nascente ordem social.

Individualização, Exercitação e aprendizagem

As ideias de Comenius (1592-1670) encontram-se no centro da cultura histórica do adestramento; uma cultura que se conformou entre o Estado e a Igreja, com o propósito de produzir um animal disciplinável. No trabalho desse morávio se condensam muitas das ideias que servem para a construção do “*typographeum vivum* [a escola] uma oficina tipográfica vivente, [...] uma maquinaria de aprendizagem moderna no atacado” (SLOTERDIJK, 2012, p. 401).

A técnica aplicada ao ser humano, o reconhecimento do humano como um animal técnico, foi o sustento da nova arte de educar moderno “que deveria povoar o mundo com obras mestras provenientes dessa impressora de homens” (p. 402). O século XVII foi testemunha da emergência de um projeto de educação universal, a *pampaedeia* e, com ela, de

uma máquina de ortopedia humana: a escola moderna. Uma oficina na qual deveria ocorrer a educação de todos, ela vinculou as técnicas disciplinares (associadas à vigilância e à punição) com o *télos* de perfeição humana, cujo propósito foi garantir a produção coletiva de diferencial individual.

Se no tempo de Comenius o molde humano era à imagem e semelhança de Deus, de tal modo que a produção em massa fosse de indivíduos com o mais alto nível possível, a partir do século XX o treinamento de seres humanos passou a praticar-se com novas máquinas e, em muitos casos, sem mais deuses que os próprios indivíduos humanos. Antes como agora, o projeto técnico não só fez do humano sua matéria-prima, mas tornou o produtor na sua própria produção. Descerramento de si, produção de si, conhecimento de si que serviu para uma confecção sistemática de um modo de ‘ser humano’, definida pelas exigências de seu modelador: o próprio humano. Humanos que, depois de séculos de antropotécnica, nos tornamos configuradores de nós mesmos e da humanidade.

A inquietude especificamente moderna pela formação humana se articulou ao redor de perguntas pelos exercícios, os comportamentos, as rotinas, os hábitos que são acionados pelos indivíduos para conseguir, ou não, uma determinada forma. Ainda que esta inquietude pareça estar mais perto das práticas monacais medievais, ou das esportivas e dietéticas do último século, é importante reconhecer que, no conjunto de atividades coletivas e individuais que os humanos praticaram em diferentes momentos da sua história, percebe-se a centralidade do exercício como um elemento fundamental dos mais diversos modos de vida práticos. A ascese, essa exercitação que leva ao modelamento da vida através de atividades repetidas e reguladas, constitui-se no eixo que caracteriza a vida humana e é sobre ela que se cimenta a emergência desse modo específico de poder moderno e contemporâneo que Foucault nomeou Biopoder.

Antes de entrar nessa discussão, é necessário assinalar que na repetição e na regularidade do exercício é possível reconhecer as “regras autoplásticas de configuração humana”, aquelas que se encontram no núcleo de constituição da vida moderna e que se referem ao “efeito retroativo de todas as ações e de todos os movimentos sobre seu próprio autor” (SLOTERDIJK, 2012, p. 407). Nesta perspectiva, é possível afirmar que toda ação gera seu autor e, assim como a reflexão age sobre aquele que reflexiona, a emoção o faz sobre quem a experimente, o exercício sobre quem o pratica, o trabalho sobre o trabalhador etc. Não é estranho então que, no campo de pesquisas aberto acerca da aprendizagem, emergiram reflexões didáticas que colocaram o indivíduo que aprende

como o centro dos processos educativos (um agente ativo) e a aprendizagem como seu processo fundamental.

Se delimitar e fixar o 'eu' foi o propósito da disciplina em séculos anteriores, transformar esse 'eu' pela ação do próprio indivíduo passou a ser o propósito da aprendizagem durante o século XX. Tal mudança de ênfases não é um assunto menor, pois foi fundamental na consolidação das formas de governo atuais, aquelas reguladas pela competência no âmbito do mercado econômico e profissional. A aprendizagem é hoje uma importante estratégia para a condução dos indivíduos que se consideram agentes autônomos e empresários de si mesmos – *freelancer*: indivíduos dispostos a transformar-se e a incrementar seu capital para conseguir ascensão social e profissional, num mundo regido por uma economia geral de mercado.

Em outras palavras, é nesse período que nomeamos Modernidade que se organizaram e operaram práticas de autocondução e individualização, num processo de constituição de sociedades educativas (NOGUERARAMÍREZ, 2011). Trata-se de um momento em que se acomodaram e se ajustaram práticas de si que se tornaram centrais nos discursos pedagógicos e através das quais se implementaram técnicas que enfocaram a atenção do indivíduo nos seus interesses e necessidades como motores da ação que devia operar sobre si mesmo. A aprendizagem – como noção e como prática – adquiriu então um lugar central no que se refere à necessidade de dispor todos os cenários públicos e privados para que cada indivíduo, sujeito da sua aprendizagem, adquirisse as competências e habilidades necessárias para 'aprender a aprender' e, assim, 'aprender ao longo da vida'.

O deslocamento ocorrido entre os séculos XVII e XIX significou o passo da instrução para a aprendizagem, através da educação (NOGUERARAMÍREZ, 2011). Produziu-se assim uma ênfase em técnicas destinadas à própria condução dos desejos, das necessidades e dos interesses como uma nova forma de produzir um sujeito governado. Em tal processo, os indivíduos começaram a praticar técnicas próprias daquilo que associamos à constituição de uma racionalidade de governo liberal. A educação tornou-se o cenário para adquirir aprendizagens que possibilitaram a condução da própria vida e, por isso, se pode afirmar que a educação se encontra mais perto da ação de dirigir ou conduzir do que da ação de instruir ou ensinar alguma coisa. A educação enfocou sua ação na qualidade particular para aprender e na adaptação de um meio pelo qual cada indivíduo teria a possibilidade de exercitar-se e desenvolver aquilo que se considera como sua própria natureza.

No início do século XX, ao lado da aprendizagem privilegiou-se e potencializou-se o uso de técnicas autorreflexivas e de autocontrole que, séculos antes, configuraram certa forma de pedagogia cristã (HUNTER, 1998). Práticas pedagógicas que, segundo Popkewitz (2008), usaram velhas ferramentas de condução, cujos propósitos e prioridades não foram simples cópias das práticas disciplinares, senão a incorporação e atualização de exercícios e técnicas de individualização para a produção de sujeitos autogovernados; elas foram a fonte de uma tecnologia pedagógica específica que possibilitou a aparição de

[...] um conjunto especial de 'disciplinas espirituais' (de uma prática particular de relacionar-se e governar-se a si mesmo), personificada na relação pastoral entre mestre e aluno. [...] É esse 'jogo do pastor e do rebanho', próprio do cristianismo, com sua característica articulação de vigilância e autoescrutínio, obediência e autorregulação, aquilo que continua proporcionando o núcleo da tecnologia moral da escola, muito depois de que foram apagados seus apoios nas doutrinas (HUNTER, 1998, p. 23).

Estas práticas autorreflexivas assumiram e conformaram *selfishness systems* (SLOTERDIJK, 2012) nos quais as ações pedagógicas ocuparam um importante lugar para a produção e transformação da experiência que os indivíduos têm de si e sua constituição como sujeitos modernos. Neste sentido, tanto as atividades escolares com meninos e adultos, como as que são propostas, através de grupos informais (de terapia espiritual, de cura mental e religiosa), ou ainda aquelas divulgadas pelos livros, áudios, vídeos, conferências de motivação, autoajuda, gestão individual etc., são práticas pedagógicas (de condução) que procuram modificar as relações reflexivas dos sujeitos, enquanto fazem parte de certos aparatos de subjetivação que produzem a (assim chamada) 'persona humana' (LARROSA, 1995).

Na perspectiva de uma teoria ascetológica geral, é possível entender que o indivíduo moderno e contemporâneo é fundamentalmente um treinador-exercitante que se ocupa de produzir seus talentos e estimular, a partir de rituais práticos, hábitos e costumes, aquele potencial que tem no seu interior e no que se reconhece como potencialmente superior a si mesmo. Este é o preceito de superioridade humana que está no centro da preocupação moderna com a condução moral e a construção de uma identidade. A orientação moral das ações individuais se configurou, então, como o eixo de sentido na produção que o indivíduo faz de si, como um sujeito capaz de responder por si mesmo (TAYLOR, 2011).

A construção de preceitos que guiam a ação humana determinou o *télos* que direcionou o sentido que tomou a relação estabelecida pelo in-

divíduo consigo mesmo e com os outros, num processo de individualização fundamentado na construção da identidade: “aquilo que nos permite definir o que é e o que não é importante para nós” (TAYLOR, 2011, p. 47). Em outras palavras, é na identidade produzida como correlato das valorações morais (as que aceitamos como guias de conduta) que se definem muitas das ações que estamos dispostos a realizar sobre nós mesmos para conseguir objetivos e metas individuais e sociais. O “eu”, esse *self* moderno, antes de ser um *datum* prévio, é o resultado das ações dirigidas sobre nós, por nós mesmos e pelos outros, no processo de constituição como indivíduos sujeitos a identidades.

O processo de identificação promovido e alimentado pela compulsão de criar e modelar a própria autobiografia, com seus laços e redes para suportar as permanentes mudanças sociais, expressa a complexa linha técnica de individualização que produziu o humano, desde sua atividade pré-histórica até hoje. A identificação funciona como um elemento que oferece uma unidade ao *self* e torna possível orientar os modos de vida individuais e coletivos. A individualização moderna pode ser descrita como esse processo de identificação permanente, através do qual, nos últimos séculos, tentamos consolidar uma forma de interioridade à qual nomeamos “eu” (BECK, 2004).

Pode-se afirmar que, entre os séculos XVIII e XIX, a configuração da racionalidade de governo liberal orientou a difusão ampla e massiva de discursos e práticas centradas no sujeito que age sobre si mesmo, aquele que se reconhece através de uma identidade e cuja transformação depende da sua própria ação. Nesse contexto, as práticas educativas centraram a atenção dos professores em saber mais dos alunos e a atenção dos alunos em saber mais de si mesmos, de seus próprios interesses, desejos e necessidades. Essas práticas vinculadas ao conhecimento de si tiveram crescente aceitação e importância e passaram a tomar parte tanto da vida escolar como de outros cenários do mundo individual e social. O indivíduo aprendiz já não é mais aquele indivíduo da identidade que procura seu eu definitivo; ao contrário, ele é um permanente exercitante, um *unfinished cosmopolitan* (POPKEWITZ; OLSSON; PETERSSON, 2009) que como agente, responsável único de seu próprio futuro, está vinculado a *selfishness systems* fundados em práticas e discursos que fazem dele um sujeito ativo, um sujeito da aprendizagem.

Este processo lido desde a perspectiva proposta na linha que vai de Nietzsche até Sloterdijk mostra que as antropológicas disciplinares encontraram nas técnicas de individualização, associadas à identificação, uma ferramenta-chave para seu desenvolvimento. A individualização se constituiu numa das estratégias de governo mais econômicas dos últimos

séculos: com ela se naturalizou a crença do humano como caracterizado pela posse de uma identidade e uma interioridade – profundidade interior – particular que seriam a fonte da moral interna que guia a conduta individual (TAYLOR, 2011). Nesse sentido, o processo de governamentalização dos Estados europeus pode ser lido na chave da emergência e uso de antropotécnicas para a individualização, no que significou a introdução de um conjunto de exercícios de condução das condutas como eixo das relações que os sujeitos estabelecem consigo e com os outros.

Em termos gerais, a implementação desse arsenal antropotécnico disciplinar e individualizante, cujo propósito inicial era o fortalecimento do Estado, deixou nas mãos da escola e dos professores um conjunto de procedimentos que buscava instalar nos mais novos (infantes e jovens) os preceitos morais e éticos do humanismo cristão associados com esse fim. Contudo, tal encomenda produziu um excedente inesperado: a transformação do fim primeiro e exterior – esse que orientou a implementação das antropotécnicas disciplinares, dentre elas as práticas escolares – por um fim segundo e interior. Do Estado e da sociedade como fins, passou-se ao indivíduo e sua interioridade como propósito. A individualização tornou o sujeito o próprio fim das técnicas promovidas e, nessa medida, o interior se constituiu no alvo das ações que realizava o indivíduo sobre si mesmo e sobre os outros. Talvez seja a emergência da noção de *Bildung* (formação ou autoformação), na tradição germânica, um bom exemplo deste movimento. Nela, a meta de qualquer processo pedagógico se expressa em termos da construção diferenciada e privada da interioridade individual. Tratou-se então de uma ruptura entre a Razão de Estado e a Razão de Escola (SLOTERDIJK, 2012), essa que se pode evidenciar nas reformas educativas promovidas nos últimos séculos, aquelas que agiram como tentativas para tornar a posicionar o Estado como fim das antropotécnicas usadas na condução dos indivíduos.

A crença em identidades naturais e em necessidades particulares dos indivíduos, junto às antropotécnicas associadas para sua produção e condução (a educação, por exemplo), passaram a ser defendidas como direitos de um sujeito livre que, para saber mais de si, de suas possibilidades e conseguir o pleno desenvolvimento individual, necessitava de liberdade. As práticas de produção de indivíduos livres retomaram algumas das técnicas disciplinares e as articularam a propósitos novos, aqueles em que meio e fim é o indivíduo: esse foi o momento de emergência e ajuste das antropotécnicas que poderíamos qualificar como liberais; aquelas que não deixaram de desenvolver-se até hoje como correlato dos dispositivos de segurança que emergiram entre os séculos XVIII e XIX e que só encontraram possibilidades de desdobramento no transcurso do

século XX, associadas à conformação de uma economia de livre mercado e concorrência.

Em outras palavras, as técnicas orientadas à identificação, próprias das antropotécnicas disciplinares, se articularam aos discursos naturalistas e liberais que promoviam tanto o conhecimento da natureza individual própria, como a atenção aos interesses particulares que se entendia em harmonia com a forma de agir e comportar-se da população. A autorregulação natural dos processos sociais, econômicos e pessoais foi um enunciado que marcou a forma como começaram a ser geridos os recursos e as possibilidades individuais. Nessa medida, ela deslocou o uso de técnicas de regulação externas, em função de exercícios e técnicas de regulação interna orientadas para a construção de identidades.

Em meio a essa transformação, noções como interesse, desejo, experiência e aprendizagem emergiram nos discursos pedagógicos e acompanharam tanto a conformação das tradições ou culturas pedagógicas modernas (NOGUERA-RAMÍREZ, 2011), como a emergência de discursos sobre a realização pessoal, a autonomia e a autogestão, que se encontram associados à definição das identidades por temas de raça, gênero, nacionalidade, idade, entre outros. Os temas educativos, de identidade e de desenvolvimento emocional se configuram desde então como assuntos fundamentais para o reconhecimento e a definição dos marcadores individuais que permitem aceitar e saber das diferenças e, a partir delas, garantir a condução pela ação dos próprios indivíduos (MARÍN-DÍAZ, 2015).

No transcurso do século XX, a individualização foi levada a sua mais alta expressão e, nesse processo, as estratégias de governo se orientaram completamente na ação de um indivíduo responsável pela sua própria condução. A implementação de um conjunto de antropotécnicas liberais levou à produção em massa de seres humanos soberanos de si, sujeitos que estão em condições de aprender, transformar-se, adaptar-se e conseguir aquilo que acreditam como necessário para cumprir com o que se desenha como suas únicas metas: o sucesso e a felicidade. O imperativo metanoético é o de transformação permanente por ação do próprio indivíduo: já não se trata de um sujeito que se define em meio a identidades fixas para reconhecer um lugar no campo social, senão um sujeito de identidades móveis e flexíveis que se autoproduzem permanentemente, através da operação de técnicas que ele pode escolher segundo suas próprias necessidades e desejos.

Nas sociedades ocidentais contemporâneas, o indivíduo é o único responsável pelo seu governo e pela consecução de metas particulares. Ele deve encarregar-se de sua produção incrementando o seu valor de

troca no mercado de capitais humanos. Nestas sociedades liberais avançadas (ROSE E MILLER, 1992), é possível reconhecer um conjunto de técnicas e programas, através do qual são promovidas formas de governo de si que agem nos pequenos detalhes da vida individual: técnicas de registro e cálculo, aprendizagem de hábitos de trabalho, ações de desenvolvimento de competências profissionais, desenho de espaço etc. Tais técnicas ou antropotécnicas contemporâneas agem na produção de estilos de vida particulares, mas, sobretudo, de seres humanos que se definem pela autonomia, pela responsabilidade e pela concorrência; todos esses valores se constituem em uma fonte de recursos, em ativos imateriais que fazem de cada indivíduo um empresário de si mesmo (CASTRO-GÓMEZ, 2010).

Individualização e crise de governo

O processo de individualização é o correlato de múltiplos e complexos sistemas de exercitação, de antropotécnicas que se organizaram nas sociedades ocidentais e que produziram modos particulares de ser sujeitos governados e governáveis. A forma de vida ascética moderna tem a forma de uma ascese desespiritualizada. Trata-se de uma forma não espiritual de exercitação que permeou diferentes espaços e cenários da vida individual e coletiva, e que possibilitou a experimentação de diversas formas de construção do indivíduo como sujeito de governo.

Isso significou, entre outras coisas, que o chamado para a ‘elevação’ da vida, característico das práticas pastorais medievais, transformou-se num imperativo de vida para todos os indivíduos: um imperativo de condução que marcou nossos modos de ser modernos. Em sentido amplo, poderíamos afirmar que isso que chamamos Modernidade não seria outra coisa que o momento em que tais práticas ascéticas desdobraram-se em todas as sociedades ocidentais, sob a forma de um disciplinamento generalizado. A ascese desespiritualizada permitiu que algumas sociedades europeias se transformassem e que, entre os séculos XIX e XX, outras sociedades do mundo também fizessem o mesmo. Segundo Sloterdijk, isso ocorreu porque

[...] precisamente homens dessa região do mundo que, baseando-se na vantagem que tinham em assuntos de exercitação, empurraram todas as outras civilizações do planeta a incorporar-se nos ciclos de treinamento introduzidos por eles. A prova disso que dizemos é: entre as nações que haviam ficado para trás, só conseguiram dar um salto à frente aquelas que souberam implantar, mediante um sistema de ensino de acordo com a época, um grau suficiente de tensão didá-

tica. E isso se conseguiu tanto melhor ali onde, como no Japão e na China, todo um sistema bem elaborado de adestramento feudal facilitava a transição para as modernas disciplinas. Os Tigres asiáticos recuperaram seu terreno, enquanto os europeus modernos faziam caretas altaneiras diante do que consideraram uma imitação, novos concorrentes de todo o mundo fizeram do antiquíssimo princípio da aprendizagem o fundamento de seu sucesso (SLOTERDIJK, 2012, p. 427).

Na leitura do processo de adestramento e individualização e sua articulação com complexos sistemas de exercitação, é evidente o conjunto de transformações históricas, morais e antropotécnicas que implicou a domesticação humana e o importante lugar que a educação, no sentido estritamente moderno, ocupou nelas.

Hoje, que assistimos à construção de outro tipo de sociedades, aquelas nas quais o governo de todos e cada um tem a ver com a aprendizagem permanente, parece que essa necessidade de vida comum que levou à domesticação humana, à construção da interioridade como fim das antropotécnicas antigas, está se apagando. Quando o indivíduo não necessita mais do que a si mesmo para conseguir o sucesso e a felicidade, o outro aparece como um simples elemento do meio ou do ambiente que pode servir de tempero para a ação do próprio indivíduo, do exercitante permanente que, para aprender, não necessita ser ensinado, nem educado, pois as suas bases inatas e instintivas seriam aquilo que lhe permite orientar sua conduta de maneira eficiente no novo meio, no mercado.

Nos nossos modos de praticar a vida hoje, expressados na série exercitação- condução-individualização, é perceptível a articulação das práticas ascéticas (desespirtualizadas ou não), os modos de condução (centrados nos indivíduos) e a produção de individualidades; os três constituíram-se tanto em peças fundamentais na emergência das formas de governo modernas e contemporâneas, quanto nos elementos produtores da sua crises no último meio século.

A produção de excedentes inesperados da racionalidade neoliberal perceptíveis nas “revoltas de conduta” (BINKLEY, 2009) e na procura de outros modos de condução e de ação de si e dos outros parece evidenciar um certo esgotamento das formas de condução levadas ao limite no eixo da individualização. Não se trata de não aceitar a condução ou não se deixar conduzir, mas de traçar outros fins para tal condução que tentem abrir outras possibilidades para indivíduos frustrados e imobilizados por não poderem dar conta desse êxito e dessa felicidade pelos quais eles são os únicos responsáveis. Trata-se da procura de formas de exercita-

ção que nem sempre centrem o foco na vida individual e no bem particular, mas na vida coletiva e no bem comum e que, portanto, fujam da produção de capitais humanos em permanente competição: vidas humanas associadas, coletivas e corresponsáveis, vidas que perspectivem outros modos de valoração e se orientem por preceitos éticos, estéticos e políticos em que o “eu” apaga-se em função do bem comum e da vida comum.

Ao que parece, as revoltas de conduta que expressam a crise do governmento contemporâneo podem ser lidas como um “fenômeno social” provocado por esse *télos* de felicidade permanente e “ao alcance de todos” que muitas vezes a autoajuda, a educação, as novas igrejas nos oferecem (vendem). Assim, por exemplo, “Procrastinação” é um termo novo usado para descrever a condição de algumas pessoas que ficam imobilizadas com sentimentos de frustração, medo, angústia e culpa – condição que por vezes torna-se insuportável para elas –, ao sentirem que não conseguem o que parece possível para todos e o tempo todo: riqueza, felicidade e sucesso. Binkley (2009) descreve essa condição como um estilo de vida aflita que se funda no diferimento ou adiamento das tarefas, o que gera estresse, culpa, baixa produtividade laboral e vergonha. Tal situação foi também analisada por Sennett (2010), quando fala em certa forma de “corrosão do caráter” na Contemporaneidade. Ele assinala os efeitos perversos que as práticas do capitalismo contemporâneo estão gerando nas pessoas – em particular, esses sentimentos de frustração e fracasso que levam muita dor à vida cotidiana:

O fracasso é o grande tabu moderno. A literatura está cheia de receitas para triunfar, mas em geral, calam no que tange à questão de lidar com o fracasso. Aceitar o fracasso, dar-lhe uma forma e um lugar na história pessoal é algo que pode obcecar-nos internamente, mas raras vezes se comenta com os outros (SENNETT, 2010, p. 124).

Diante dessa situação que afeta um grande número de pessoas a cada ano, começou a aparecer na prática clínica da Psicologia uma nova doença “psicossocial” a ser tratada com terapias. Em contrapartida, também começaram a aparecer livros e *sites* de autoajuda que recomendam exercícios e técnicas para recuperar a capacidade de irresponsabilidade, de ócio e de não ação, para diminuir a ansiedade e o estresse. Esses são assinalados por Binkley (2009) como exemplos de novos livros de autoajuda que, ainda mantendo uma estratégia similar aos tradicionais, expressariam finalidades e propósitos até contrários a eles.

Também se poderiam localizar aqui movimentos como o chamado de *Slow Science*, que questiona o produtivismo acadêmico, a apresentação permanente de relatórios, a obrigação de escrever constantemente artigos e avaliar outros de colegas, a pressa permanente pelo acrescen-

tamento dos *curricula vitae*. Ao contrário, insiste que a produção acadêmica requer tempo, o pensamento marcha devagar, e a produção de conhecimento não é uma concorrência para ver quem publica mais. A revisão e análise dessa nova classe de livros e movimentos, suas técnicas e finalidades, pode ser interessante para complementar este estudo. Ainda mais se pensarmos que essa nova modalidade dos discursos pode ser uma superfície de emergência de contracondutas, cuja entrada em cena estaria contribuindo para uma possível crise das formas de governo atuais e talvez para a emergência de outros modos de condução.

Esse assunto é um elemento que eu gostaria de salientar. Trata-se de pensar que, na segunda metade do século XX, estariam dadas as condições para uma crise generalizada de governo, que poderiam ser semelhantes (o que não significa que seja sua repetição) àquelas vividas pelas sociedades ocidentais entre os séculos XV e XVI. Lembremos que, para esse momento, a reorganização, o aparecimento e a definição de certas práticas de governo mudaram a forma de dirigir e governar a população nas suas relações individuais, políticas e sociais, como afirma Foucault (2003, p. 48): o Protestantismo, o desenvolvimento das grandes nações-estado, a formação das monarquias autoritárias, a administração de territórios, a Contrarreforma, todos representaram uma alteração no equilíbrio entre a Igreja Católica e o resto do mundo.

Longe de vivermos um período igual ao dos séculos XVI e XVII, o que parece é que hoje assistimos, sob outras condições, ao questionamento que as pessoas comuns fazem quanto aos modos como são conduzidas por outros, mas também quanto às formas como se sentem compelidas a conduzir a si mesmas. Tais questionamentos emergem também em meio a fatos históricos particulares – as crises econômicas marcadas pela instabilidade das economias do mundo, a escassez de alimento, o aumento populacional, assim como pelos conflitos armados entre os diferentes países, seja pela posse do petróleo, seja pela posse da água, seja pela posse da terra, seja pela posse das armas nucleares. Tais fatos, junto a essa excessiva centralidade do indivíduo, estão gerando a crise das instituições e das práticas que, nestes dois últimos séculos, marcaram os modos de praticar a vida coletiva nas nossas sociedades ocidentais.

Parece que estamos diante de uma crise de grande escala. Assim, aos fatos históricos – do seu lado, ou ainda os produzindo –, o narcisismo contemporâneo e a sua moral hedonista do pós-dever, como diria Lipovetsky (1994), agregam um elemento que seria fundamental para os nossos modos de viver hoje e para os que se avistam para o futuro: a incapacidade de educar. Tal moral hedonista, tal narcisismo, tal liberalidade nos põem diante da incapacidade de educar, de conduzir os novos por algum

caminho ou para algum projeto coletivo. Esse individualismo estaria gerando um desencaixe nessas formas individuais que somos hoje: levou-nos do “superego” de Freud para o “super-eu” inflacionado, em cujas tramas estamos afundando.

Assim, por exemplo, não é de estranhar essa sensação de uma grande crise na educação, ao se perceber que a autoridade representada pelo adulto (professor ou pai/mãe) – pelo saber e a experiência acumulada – está perdendo sentido. Com isso, a tarefa de orientação, socialização, ensino, direção dos adultos está se apagando e sendo deslocada por práticas inéditas de autoaprendizagem e autogoverno das crianças que, ao decidirem sobre muitos assuntos quotidianos da sua vida, passam a ser uma nova espécie de adultos pequenos. O constrangimento sentido hoje pelos adultos diante da impossibilidade e, ao mesmo tempo, da obrigatoriedade em ter de oferecer e conduzir a primeira socialização das crianças parece ser uma amostra do sentimento de insatisfação, contrariedade e impaciência com respeito ao modo como somos conduzidos.

Tal insatisfação, essa “crise de governabilidade” (FOUCAULT, 2003), teria sua expressão na vida quotidiana, na forma de resistências e revoltas específicas e difusas sobre os mais variados temas e contra as mais variadas instituições de governo. Pode-se percebê-la tanto nas grandes manifestações – dos estudantes no mundo todo, na chamada “primavera árabe” ou nos protestos dos ativistas de Wall Street, ou ainda no movimento dos Indignados em Madrid e em outras cidades europeias –, quanto em temas relativos à vida quotidiana, como aqueles que se desenham como novas doenças de saúde pública: “procrastinação”, “síndrome de Burnout” entre os professores etc. Do mesmo modo, é possível percebê-la na produção de novas formas e reflexões para melhorar as condições de vida nas nossas sociedades – recuperação de técnicas de cuidado de si antigas ou de outras culturas, produção ampla e massiva de livros e materiais de autoajuda e, em geral, procura por métodos e formas de exercitação individuais e coletivas que ajudem a conseguir o equilíbrio que parece se encontrar no âmago do que muitos consideram ser a felicidade.

BIBLIOGRAFIA

AGAMBEN, Giorgio. *Altíssima pobreza. Reglas monásticas y forma de vida*. 1. ed. Buenos Aires: Adriana Hidalgo-editora, 2013.

ARIÈS, Philippe. El descubrimiento de la infancia. In: ARIÈS Philippe. *El niño y la vida familiar en el Antiguo Régimen*. Madrid: Taurus; Alfaguara, 1987, pp. 57-77. Disponível em: goo.gl/icGdy4. Acesso em: 27 mai. 2016.

BADINTER, Elisabeth. (1981) *¿Existe el instinto maternal?* Historia del amor maternal. Siglo XVII al XX. 1. Ed. Barcelona: Paidós, 1981.

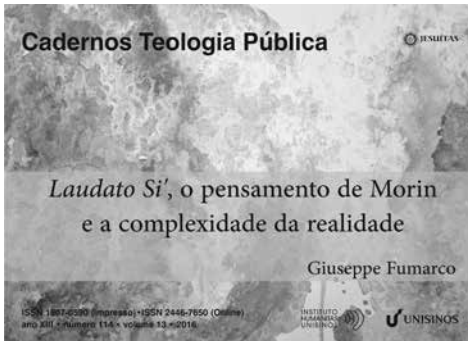
- BECK, Ulrich. *Poder y contrapoder en la era global: la nueva economía política mundial*. Madrid: Paidós Ibérica, 2004.
- BINKLEY, Sam. The work of Neoliberal Governmentality. Temporality and Ethical Substance in the Tale of two Dads. *Foucault Studies*. n. 6, Fevereiro-2009. Frederiksberg, pp. 60-78.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago. *Historia de la gubernamentalidad*. Razón de Estado, liberalismo y neoliberalismo en Michel Foucault. Bogotá: Siglo del Hombre; Universidad Javeriana; Instituto pensar; Universidad Santo Tomás, 2010.
- FOUCAULT, Michel. El discurso sobre el poder. In: FOUCAULT, Michel. *El yo minimalista*. Buenos Aires: La marca, 2003, pp. 33-50.
- FOUCAULT, Michel. *Seguridad, Territorio, Población*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.
- FOUCAULT, Michel. *Nacimiento de la biopolítica*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.
- HUNTER, Ian. *Repensar la escuela*. Subjetividad, burocracia y crítica. Barcelona: Pomares-Corredor, 1998.
- LARROSA, Jorge. Tecnologías del yo y educación. Notas sobre la construcción y la mediación pedagógica de la experiencia de si. In: LARROSA, Jorge. (ed.). *Escuela, poder y subjetivación*. Madrid: La Piqueta, 1995.
- LIPOVETSKY, Gilles. *El crepúsculo del deber*. La ética indolora de los nuevos tiempos democráticos. Barcelona: Anagrama, 1994.
- MARÍN-DÍAZ, Dora. *Autoajuda, educação e práticas de si*. Genealogia de uma antropotécnica. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- NOGUERA-RAMÍREZ, C. *Pedagogia e governamentalidade: ou da modernidade como uma sociedade educativa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- POPKEWITZ, Thomas. *Cosmopolitanism and the Age of School Reform: Science, Education, and Making Society by Making the child*. New York: Routledge, Taylor Francis Group, 2008.
- POPKEWITZ, Thomas; OLSSON, Ulf; PETERSON, Kenneth. Sociedade da Aprendizagem, Cosmopolitismo, Saúde Pública, Prevenção à Criminalidade. *Educação e realidade*, v. 34, n. 2. Porto Alegre: UFRGS, 2009, pp.73-96.
- ROSE, Nikolas; MILLER, Peter. Polical power beyond the state: Problematics of government. *British Journal of Sociology*, 43, 2, 1992, pp. 172-205.
- SENNETT, Richard. *La corrosión del carácter*. Barcelona: Anagrama, 2010.
- SLOTERDIJK, Peter. *Has de cambiar tu vida*. Valencia: Pre-Textos, 2012.
- TAYLOR, Charles. *As fontes do self*. A construção da identidade moderna. São Paulo: Loyola, 2011.

Publicações do Instituto Humanitas Unisinos



Nº 48 – *Mineração e o impulso à desigualdade: impactos ambientais e sociais*

Cadernos IHU em formação é uma publicação do Instituto Humanitas Unisinos – IHU que reúne entrevistas e artigos sobre o mesmo tema, já divulgados na revista *IHU On-Line* e nos Cadernos IHU ideias. Desse modo, queremos facilitar a discussão na academia e fora dela, sobre temas considerados de fronteira, relacionados com a ética, o trabalho, a teologia pública, a filosofia, a política, a economia, a literatura, os movimentos sociais etc., que caracterizam o Instituto Humanitas Unisinos – IHU.



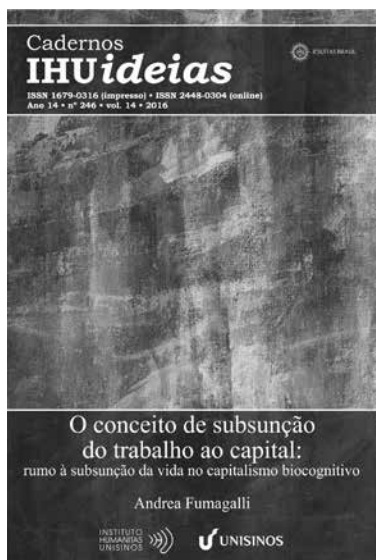
Nº 114 – *Laudato Si', o pensamento de Morin e a complexidade da realidade* – Giuseppe Fumarco

A publicação dos Cadernos Teologia Pública, sob a responsabilidade do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, quer ser uma contribuição para a relevância pública da teologia na universidade e na sociedade. A Teologia Pública busca articular a reflexão teológica em diálogo com as ciências, as culturas e as religiões, de modo interdisciplinar e transdisciplinar. Procura-se, assim, a participação ativa nos debates que se desdobram na esfera pública da sociedade. Os desafios da vida social, política, econômica e cultural da sociedade hoje, especialmente a exclusão socioeconômica de imensas camadas da população, constituem o horizonte da teologia pública. Os Cadernos Teologia Pública se inscrevem nesta perspectiva.



Nº 53 – *Por Onde Navegam?* – Estudo sobre jovens e adolescentes do Ensino Médio de São Leopoldo e Novo Hamburgo – Hilário Dick, José Silon Ferreira & Luis Alexandre Cerveira

Os Cadernos IHU divulgam pesquisas produzidas por professores/pesquisadores e por alunos dos cursos de Pós-Graduação, bem como trabalhos de conclusão de acadêmicos dos cursos de Graduação. Os artigos publicados abordam os temas ética, trabalho e teologia pública, que correspondem aos eixos do Instituto Humanitas Unisinos – IHU.



Nº 246 – *O conceito de subsunção do trabalho ao capital: rumo à subsunção da vida no capitalismo biocognitivo* – Andrea Fumagalli

Os Cadernos IHU ideias apresentam artigos produzidos pelos convidados-palestrantes dos eventos promovidos pelo IHU. A diversidade dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é um dado a ser destacado nesta publicação, além de seu caráter científico e de agradável leitura.

CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 *A teoria da justiça de John Rawls* – José Nedel
- N. 02 *O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas* – Edla Eggert
- N. 03 *O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo* – Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss
- N. 04 *O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo* – Sonia Montañó
- N. 05 *Ermani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular* – Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 06 *O ruído de guerra e o silêncio de Deus* – Manfred Zeuch
- N. 07 *BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo* – Renato Janine Ribeiro
- N. 08 *Mundos televisivos e sentidos identitários na TV* – Suzana Klipp
- N. 09 *Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho* – Márcia Lopes Duarte
- N. 10 *Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada* – Valério Cruz Brittos
- N. 11 *Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo* – Édison Luis Gastaldo
- N. 12 *Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz* – Márcia Tiburi
- N. 13 *A domesticação do exótico* – Paula Caleffi
- N. 14 *Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular* – Edla Eggert
- N. 15 *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS* – Gunter Axt
- N. 16 *Medicina social: um instrumento para denúncia* – Stela Nazareth Meneghel
- N. 17 *Mudanças de significado da tatuagem contemporânea* – Débora Krichke Leitão
- N. 18 *As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade* – Mário Maestri
- N. 19 *Um itinerário do pensamento de Edgar Morin* – Maria da Conceição de Almeida
- N. 20 *Os donos do Poder, de Raymond Faoro* – Helga Irace-ma Ladgraf Piccolo
- N. 21 *Sobre técnica e humanismo* – Oswaldo Giacóia Junior
- N. 22 *Construindo novos caminhos para a intervenção sociotária* – Lucilda Selli
- N. 23 *Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial* – Paulo Henrique Dionísio
- N. 24 *Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático* – Valério Rohden
- N. 25 *Imagens da exclusão no cinema nacional* – Miriam Rossini
- N. 26 *A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação* – Nisia Martins do Rosário
- N. 27 *O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS* – Rosa Maria Serra Bavaresco
- N. 28 *O modo de objetivação jornalística* – Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 29 *A cidade afetada pela cultura digital* – Paulo Edison Belo Reyes
- N. 30 *Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde – Porto Alegre, RS* – José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 31 *Getúlio, romance ou biografia?* – Juremir Machado da Silva
- N. 32 *A crise e o êxodo da sociedade salarial* – André Gorz
- N. 33 *A meia luz: a emergência de uma Teologia Gay – Seus dilemas e possibilidades* – André Sidnei Muskopf
- N. 34 *O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 35 *O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos* – Marco Aurélio Santana
- N. 36 *Adam Smith: filósofo e economista* – Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos
- N. 37 *Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica* – Airton Luiz Jungblut
- N. 38 *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes* – Fernando Ferrari Filho
- N. 39 *Rosa Egipcíaca: Uma Santa Africana no Brasil Colonial* – Luiz Mott
- N. 40 *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo* – Gentil Corazza
- N. 41 *Corpo e Agenda na Revista Feminina* – Adriana Braga
- N. 42 *A (anti)filosofia de Karl Marx* – Leda Maria Paulani
- N. 43 *Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de “A Teoria da Classe Ociosa”* – Leonardo Monteiro Monstero
- N. 44 *Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica* – Édison Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leister, Ronei Teodoro da Silva e Samuel McGinity
- N. 45 *Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistêmica de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo* – Gérard Donnadieu
- N. 46 *A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica* – Lothar Schäfer
- N. 47 *“Esta terra tem dono”. Disputas de representação sobre o passado missionário no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju* – Ceres Karam Brum
- N. 48 *O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter* – Achyles Barcelos da Costa
- N. 49 *Religião e elo social. O caso do cristianismo* – Gérard Donnadieu
- N. 50 *Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo* – Geraldo Monteiro Sigaud
- N. 51 *Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras* – Evilázio Teixeira
- N. 52 *Violências: O olhar da saúde coletiva* – Éida Azevedo Hennington e Stela Nazareth Meneghel
- N. 53 *Ética e emoções morais – Thomas Kesseling*
- N. 54 *Juízos ou emoções: de quem é a primazia na moral?* – Adriano Naves de Brito
- N. 55 *Computação Quântica. Desafios para o Século XXI* – Fernando Haas
- N. 56 *Atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento na Europa e no Brasil* – An Vranckx
- N. 57 *Terra habitável: o grande desafio para a humanidade* – Gilberto Dupas
- N. 58 *O crescimento como condição de uma sociedade convívio* – Serge Latouche
- N. 59 *A natureza da natureza: auto-organização e caos* – Günter Küppers
- N. 60 *Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades* – Hazel Henderson
- N. 61 *Globalização – mas como?* – Karen Gloy
- N. 62 *A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida* – Cesar Sanson
- N. 63 *Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Veríssimo* – Regina Zilberman

- N. 62 *Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história* – Fernando Lang da Silveira e Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 63 *Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude* – Cátia Andressa da Silva
- N. 64 *Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo* – Artur Cesar Isaiá
- N. 65 *Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical* – Léa Freitas Perez
- N. 66 *Adoecer: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675)* – Eliane Cristina Deckmann Fleck
- N. 67 *Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa* – João Guilherme Barone
- N. 68 *Contingência nas ciências físicas* – Fernando Haas
- N. 69 *A cosmologia de Newton* – Ney Lemke
- N. 70 *Física Moderna e o paradoxo de Zenon* – Fernando Haas
- N. 71 *O passado e o presente em Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade* – Miriam de Souza Rossini
- N. 72 *Da religião e de juventude: modulações e articulações* – Léa Freitas Perez
- N. 73 *Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa* – Eduardo F. Coutinho
- N. 74 *Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellinho* – Mário Maestri
- N. 75 *A Geologia Arqueológica na Unisinos* – Carlos Henrique Nowatzki
- N. 76 *Campesinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto* – Ana Maria Lugão Rios
- N. 77 *Progresso: como mito ou ideologia* – Gilberto Dupas
- N. 78 *Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda* – Octavio A. C. Conceição
- N. 79 *Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul* – Moacyr Flores
- N. 80 *Do pré-urbano ao urbano: A cidade missionária colonial e seu território* – Arno Alvarez Kern
- N. 81 *Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula* – Gláucia de Souza
- N. 82 *Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de "sindicalismo populista" em questão* – Marco Aurélio Santana
- N. 83 *Dimensões normativas da Bioética* – Alfredo Culleton e Vicente de Paulo Barretto
- N. 84 *A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza* – Attico Chassot
- N. 85 *Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo* – Patrícia Almeida Ashley
- N. 86 *Autonomia na pós-modernidade: um delírio?* – Mario Fleig
- N. 87 *Gauchismo, tradição e Tradicionalismo* – Maria Eunice Maciel
- N. 88 *A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz* – Marcelo Perine
- N. 89 *Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade* – Laurício Neumann
- N. 90 *Os índios e a História Colonial: lendo Cristina Pompa e Regina Almeida* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 91 *Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo* – Franklin Leopoldo e Silva
- N. 92 *Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática* – Daiane Martins Bocasanta
- N. 93 *A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro* – Carlos Alberto Steil
- N. 94 *Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos* – Cesar Sanson
- N. 95 *De volta para o futuro: os precursores da nanotecnologia* – Peter A. Schulz
- N. 96 *Vianna Moog como intérprete do Brasil* – Enildo de Moura Carvalho
- N. 97 *A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica* – Marínés Andrea Kunz
- N. 98 *Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões* – Susana Maria Rocca Larrosa
- N. 99 *Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house* – Vanessa Andrade Pereira
- N. 100 *Autonomia do sujeito moral em Kant* – Valério Rohden
- N. 101 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1* – Roberto Camps Moraes
- N. 102 *Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência* – Adriano Premevida
- N. 103 *ECODI – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso* – Eliane Schlemmer
- N. 104 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2* – Roberto Camps Moraes
- N. 105 *Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres grevistas* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 106 *Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos* – Paula Corrêa Henning
- N. 107 *Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine* – Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 *Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, temo e democrático?* – Telmo Adams
- N. 109 *Transumanismo e nanotecnologia molecular* – Celso Candido de Azambuja
- N. 110 *Formação e trabalho em narrativas* – Leandro R. Pinheiro
- N. 111 *Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração* – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul – Mário Maestri
- N. 112 *A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda* – Denis Gerson Simões
- N. 113 *Isto não é uma janela: Flusser, Surrealismo e o jogo contra* – Esp. Yentl Delanhesi
- N. 114 *SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro* – Sonia Montano
- N. 115 *Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites* – Carlos Daniel Baio
- N. 116 *Humanizar o humano* – Roberto Carlos Fávero
- N. 117 *Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião* – Róber Freitas Bachinski
- N. 118 *Colonizando e descolonizando mentes* – Marcelo Dascal
- N. 119 *A espiritualidade como fator de proteção na adolescência* – Luciana F. Marques e Débora D. Dell'Aglio
- N. 120 *A dimensão coletiva da liderança* – Patrícia Martins Fagundes Cabral e Nedio Seminotti
- N. 121 *Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos* – Eduardo R. Cruz
- N. 122 *Direito das minorias e Direito à diferenciação* – José Rogério Lopes
- N. 123 *Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de marcos regulatórios* – Wilson Engelmann
- N. 124 *Desejo e violência* – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 *As nanotecnologias no ensino* – Solange Binotto Fagan
- N. 126 *Câmara Cascudo: um historiador católico* – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 *O que o câncer faz com as pessoas? Reflexos na literatura universal: Leo Tolstói – Thomas Mann – Alexander Soljenitsin – Philip Roth – Karl-Josef Kuschel*
- N. 128 *Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética* – Ingo Wolfgang Sarlet e Selma Rodrigues Pettele
- N. 129 *Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida* – Ivan Amaral Guerrini
- N. 130 *Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável* – Paulo Roberto Martins

- N. 131 *A philia como critério de inteligibilidade da mediação comunitária* – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 *Linguagem, singularidade e atividade de trabalho* – Marlene Teixeira e Ederson de Oliveira Cabral
- N. 133 *A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Nicklass Luhmann* – Leonardo Grison
- N. 134 *Motores Biomoleculares* – Ney Lemke e Luciano Hennemann
- N. 135 *As redes e a construção de espaços sociais na digitalização* – Ana Maria Oliveira Rosa
- N. 136 *De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras* – Rodrigo Marques Leistner
- N. 137 *Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstruem suas vidas* – Breno Augusto Souto Maior Fontes
- N. 138 *As sociedades indígenas e a economia do dom: o caso dos guarani* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 139 *Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades* – Marise Borba da Silva
- N. 140 *Platão e os Guarani* – Beatriz Helena Domingues
- N. 141 *Direitos humanos na mídia brasileira* – Diego Airoso da Motta
- N. 142 *Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio* – Greycy Vargas
- N. 143 *Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito* – Paulo Cesar Duque-Estrada
- N. 144 *Inclusão e Biopolítica* – Maura Corcini Lopes, Kamila Lockmann, Morgana Domênica Hattge e Viviane Klaus
- N. 145 *Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente* – Bianca Sordi Stock
- N. 146 *Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD* – Camila Moreno
- N. 147 *O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais* – Caetano Sordi
- N. 148 *Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS* – Fernanda Schütz
- N. 149 *Cidadania, autonomia e renda básica* – Josué Pereira da Silva
- N. 150 *Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética* – José Rogério Lopes
- N. 151 *As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 152 *Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou "por que voltar ao México 100 anos depois"* – Claudia Wasserman
- N. 153 *Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate* – Stefano Zamagni
- N. 154 *Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kaiowa e guarani Te'yikue no município de Caarapó-MS* – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand e José Francisco Sarmiento
- N. 155 *Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica* – Stefano Zamagni
- N. 156 *Intermitências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva* – Máio Francis Petry Londero e Simone Mainieri Paulon
- N. 157 *Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento* – Stefano Zamagni
- N. 158 *"Passemos para a outra margem": da homofobia ao respeito à diversidade* – Omar Lucas Perroux Fortes de Sales
- N. 159 *A ética católica e o espírito do capitalismo* – Stefano Zamagni
- N. 160 *O Slow Food e novos princípios para o mercado* – Eriberto Nascente Silveira
- N. 161 *O pensamento ético de Henri Bergson: sobre As duas fontes da moral e da religião* – André Brayner de Farias
- N. 162 *O modus operandi das políticas econômicas keynesianas* – Fernando Ferrari Filho e Fábio Henrique Bittes Terra
- N. 163 *Cultura popular tradicional: novas mediações e legitimizações culturais de mestres populares paulistas* – André Luiz da Silva
- N. 164 *Será o decrescimento a boa nova de Ivan Illich?* – Serge Latouche
- N. 165 *Agostos! A "Crise da Legalidade": vista da janela do Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre* – Carla Simone Rodeghero
- N. 166 *Convivialidade e decrescimento* – Serge Latouche
- N. 167 *O impacto da plantação extensiva de eucalipto nas culturas tradicionais: Estudo de caso de São Luis do Paraitinga* – Marcelo Henrique Santos Toledo
- N. 168 *O decrescimento e o sagrado* – Serge Latouche
- N. 169 *A busca de um ethos planetário* – Leonardo Boff
- N. 170 *O salto mortal de Louk Hulsmann e a desinstitucionalização do ser: um convite ao abolicionismo* – Marco Antonio de Abreu Scapini
- N. 171 *Sub specie aeternitatis – O uso do conceito de tempo como estratégia pedagógica de religação dos saberes* – Gerson Egas Severo
- N. 172 *Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais* – Bruno Pucci
- N. 173 *Técnicas de si nos textos de Michel Foucault: A influência do poder pastoral* – João Roberto Barros II
- N. 174 *Da mônada ao social: A intersubjetividade segundo Levinas* – Marcelo Fabri
- N. 175 *Um caminho de educação para a paz segundo Hobbes* – Lucas Mateus Dalsotto e Everaldo Cescon
- N. 176 *Da magnitude e ambivalência à necessária humanização da tecnociência segundo Hans Jonas* – Jelson Roberto de Oliveira
- N. 177 *Um caminho de educação para a paz segundo Locke* – Odair Camati e Paulo César Nodari
- N. 178 *Crime e sociedade estamental no Brasil: De como la ley es como la serpiente, solo pica a los descalzos* – Lenio Luiz Streck
- N. 179 *Um caminho de educação para a paz segundo Rousseau* – Mateus Boldori e Paulo César Nodari
- N. 180 *Limites e desafios para os direitos humanos no Brasil: entre o reconhecimento e a concretização* – Afonso Maria das Chagas
- N. 181 *Apátridas e refugiados: direitos humanos a partir da ética da alteridade* – Gustavo Oliveira de Lima Pereira
- N. 182 *Censo 2010 e religiões: reflexões a partir do novo mapa religioso brasileiro* – José Rogério Lopes
- N. 183 *A Europa e a ideia de uma economia civil* – Stefano Zamagni
- N. 184 *Para um discurso jurídico-penal libertário: a pena como dispositivo político (ou o direito penal como "discurso-limite")* – Augusto Jobim do Amaral
- N. 185 *A identidade e a missão de uma universidade católica na atualidade* – Stefano Zamagni
- N. 186 *A hospitalidade frente ao processo de reassentamento solidário aos refugiados* – Joseane Mariéle Schuck Pinto
- N. 187 *Os arranjos colaborativos e complementares de ensino, pesquisa e extensão na educação superior brasileira e sua contribuição para um projeto de sociedade sustentável no Brasil* – Marcelo F. de Aquino
- N. 188 *Os riscos e as loucuras dos discursos da razão no campo da prevenção* – Luis David Castiel
- N. 189 *Produções tecnológicas e biomédicas e seus efeitos produtivos e prescritivos nas práticas sociais e de gênero* – Marlene Tamanini
- N. 190 *Ciência e justiça: Considerações em torno da apropriação da tecnologia de DNA pelo direito* – Claudia Fonseca
- N. 191 *#VEMpraRUA: Outono brasileiro? Leituras* – Bruno Lima Rocha, Carlos Gadea, Giovanni Alves, Giuseppe Cocco, Luiz Werneck Vianna e Rudá Ricci

- N. 192 *A ciência em ação de Bruno Latour* – Leticia de Luna Freire
- N. 193 *Laboratórios e Extrações: quando um problema técnico se torna uma questão sociotécnica* – Rodrigo Ciconet Domelles
- N. 194 *A pessoa na era da biopolítica: autonomia, corpo e subjetividade* – Heloisa Helena Barboza
- N. 195 *Felicidade e Economia: uma retrospectiva histórica* – Pedro Henrique de Moraes Campetti e Tiago Wickstrom Alves
- N. 196 *A colaboração de Jesuítas, Leigos e Leigas nas Universidades confiadas à Companhia de Jesus: o diálogo entre humanismo evangélico e humanismo tecnocientífico* – Adolfo Nicolás
- N. 197 *Brasil: verso e reverso constitucional* – Fábio Konder Comparato
- N. 198 *Sem-religião no Brasil: Dois estranhos sob o guarda-chuva* – Jorge Claudio Ribeiro
- N. 199 *Uma ideia de educação segundo Kant: uma possível contribuição para o século XXI* – Felipe Bragagnolo e Paulo César Nodari
- N. 200 *Aspectos do direito de resistir e a luta social por moradia urbana: a experiência da ocupação Raízes da Praia* – Natalia Martinuzzi Castilho
- N. 201 *Desafios éticos, filosóficos e políticos da biologia sintética* – Jordi Maiso
- N. 202 *Fim da Política, do Estado e da cidadania?* – Roberto Romano
- N. 203 *Constituição Federal e Direitos Sociais: avanços e recuos da cidadania* – Maria da Glória Gohn
- N. 204 *As origens históricas do racionalismo, segundo Feyerabend* – Miguel Ángel Flach
- N. 205 *Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro* – Fábio Konder Comparato
- N. 206 *Sociedade tecnológica e a defesa do sujeito: Technological society and the defense of the individual* – Karla Saraiva
- N. 207 *Territórios da Paz: Territórios Produtivos?* – Giuseppe Cocco
- N. 208 *Justiça de Transição como Reconhecimento: limites e possibilidades do processo brasileiro* – Roberta Camineiro Baggio
- N. 209 *As possibilidades da Revolução em Ellul* – Jorge Barrientos-Parra
- N. 210 *A grande política em Nietzsche e a política que vem em Agamben* – Márcia Rosane Junges
- N. 211 *Foucault e a Universidade: Entre o governo dos outros e o governo de si mesmo* – Sandra Caponi
- N. 212 *Verdade e História: arqueologia de uma relação* – José D'Assunção Barros
- N. 213 *A Relevante Herança Social do Pe. Amstad SJ* – José Odelso Schneider
- N. 214 *Sobre o dispositivo. Foucault, Agamben, Deleuze* – Sandro Chignola
- N. 215 *Repensar os Direitos Humanos no Horizonte da Libertação* – Alejandro Rosillo Martínez
- N. 216 *A realidade complexa da tecnologia* – Alberto Cupani
- N. 217 *A Arte da Ciência e a Ciência da Arte: Uma abordagem a partir de Paul Feyerabend* – Hans Georg Flickinger
- N. 218 *O ser humano na idade da técnica* – Humberto Galimberti
- N. 219 *A Racionalidade Contextualizada em Feyerabend e suas Implicações Éticas: Um Paralelo com Alasdair MacIntyre* – Halina Macedo Leal
- N. 220 *O Marquês de Pombal e a Invenção do Brasil* – José Eduardo Franco
- N. 221 *Neurofuturos para sociedades de controle* – Timothy Lenoir
- N. 222 *O poder judiciário no Brasil* – Fábio Konder Comparato
- N. 223 *Os marcos e as ferramentas éticas das tecnologias de gestão* – Jesús Conill Sancho
- N. 224 *O restabelecimento da Companhia de Jesus no extremo sul do Brasil (1842-1867)* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 225 *O grande desafio dos indígenas nos países andinos: seus direitos sobre os recursos naturais* – Xavier Albó
- N. 226 *Justiça e perdão* – Xabier Etxeberria Mauleon
- N. 227 *Paraguai: primeira vigilância massiva norte-americana e a descoberta do Arquivo do Terror (Operação Condor)* – Martin Almada
- N. 228 *A vida, o trabalho, a linguagem. Biopolítica e biocapitalismo* – Sandro Chignola
- N. 229 *Um olhar biopolítico sobre a bioética* – Anna Quintanas Feixas
- N. 230 *Biopoder e a constituição étnico-racial das populações: Racialismo, eugenia e a gestão biopolítica da mestiçagem no Brasil* – Gustavo da Silva Kem
- N. 231 *Bioética e biopolítica na perspectiva hermenéutica: uma ética do cuidado da vida* – Jesús Conill Sancho
- N. 232 *Migrantes por necessidade: o caso dos senegaleses no Norte do Rio Grande do Sul* – Dirceu Benicá e Vânia Aguiar Pinheiro
- N. 233 *Capitalismo biocognitivo e trabalho: desafios à saúde e segurança* – Elsa Cristine Bevia
- N. 234 *O capital no século XXI e sua aplicabilidade à realidade brasileira* – Róber Iturrut Avila e João Batista Santos Conceição
- N. 235 *Biopolítica, raça e nação no Brasil (1870-1945)* – Mozart Linhares da Silva
- N. 236 *Economias Biopolíticas da Dívida* – Michael A. Peters
- N. 237 *Paul Feyerabend e Contra o Método: Quarenta Anos do Início de uma Provocação* – Halina Macedo Leal
- N. 238 *O trabalho nos frigoríficos: escravidão local e global?* – Leandro Inácio Walter
- N. 239 *Brasil: A dialética da dissimulação* – Fábio Konder Comparato
- N. 240 *O irrepresentável* – Homero Santiago
- N. 241 *O poder pastoral, as artes de governo e o estado moderno* – Castor Bartolomé Ruiz
- N. 242 *Uma crise de sentido, ou seja, de direção* – Stefano Zamagni
- N. 243 *Diagnóstico Socioterritorial entre o chão e a gestão* – Dirce Koga
- N. 244 *A função-educador na perspectiva da biopolítica e da governamentalidade neoliberal* – Alexandre Filardi de Carvalho
- N. 245 *Esquecer o neoliberalismo: aceleracionismo como terceiro espírito do capitalismo* – Moysés da Fontoura Pinto Neto
- N. 246 *O conceito de subsunção do trabalho ao capital: rumo à subsunção da vida no capitalismo biocognitivo* – Andrea Fumagalli



Dora Lilia Marín-Díaz. Doutora (2013) e Mestre (2009) em Educação pela Universidade Federal de Rio Grande do Sul – UFRGS (2013), na linha de Estudos Culturais. Professora na Universidad Pedagógica Nacional. Pesquisadora: Grupo de Pesquisa “História de la Práctica Pedagógica de Colombia”, “Grupo de Estudos e Pesquisa em Currículo e Pós-Modernidade”. Os principais interesses de pesquisa são: Educação, História da Educação, Filosofia da Educação, Memória Pedagógica, Infância e Saber Pedagógico, Pedagogia Contemporânea, Discursos Educativos em relação com Práticas éticas e políticas.

Algumas obras da autora

MARÍN-DÍAZ, Dora Lilia. *Autoajuda, educação e práticas de si*. Genealogia de uma antropotécnica. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

_____. En búsqueda de la felicidad y el éxito: vidas ejercitantes y educación. *Revista Colombiana de Educación*, v. 65, p. 177-198, 2013.

_____; NOGUERA-RAMÍREZ, Carlos Ernesto. Educar es gobernar: la educación como arte de gobierno. *Cadernos de Pesquisa* (Fundação Carlos Chagas. Impreso), v. 42, p. 14-29, 2012.

_____. Natureza infantil e Governamentalidade Liberal. *Currículo sem Fronteiras*, v. 1, p. 104, 2011.

_____. Interesse infantil e governmento educativo das crianças. In: KOHAN, Walter Omar (Org.). *Devir-criança da filosofia. Infância da educação*. Belo Horizonte (MG): Autêntica, 2010, p. 97-107.

_____. Patrimonio educativo? Apuntes para Pensar las practicas de memorización. *Pedagogia y Saberes*, v. 31, p. 6-13, 2009.

_____; NOGUERA-RAMÍREZ, Carlos Ernesto. La infancia como problema o el problema de la infancia. *Revista Colombiana de Educación*, v. 1, p. 106-126, 2007.

Outras publicações

MARÍN-DÍAZ, Dora Lilia. A antropotécnica que molda o indivíduo pela educação. Entrevistadores: Márcia Junges e João Vítor Santos. *Revista IHU On-Line*, n. 472. [14/09/2015]. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos – IHU.



UNISINOS